



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002755-38.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Anulação de Débito Fiscal**
 Requerente: **Vendruscolo, Berti e Cia Ltda**
 Requerido: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de **Ação Anulatória de Débitos**, com pedido de tutela de urgência ajuizada por **VENDRUSCOLO, BERTI E CIA LTDA** contra o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, alegando, em síntese, que é proprietária do lote situado no "Jardim Embaré" de número 1485, existindo débitos de IPTU, inscritos na dívida ativa, relativos aos anos de 2003 a 2007, que estão prescritos.

Aduz que, mesmo com o conhecimento da prescrição dos referidos débitos tributários, o Município ingressou com a Execução Fiscal, 1500870-63.2016.8.26.0566, o que a impossibilitou de contratar crédito junto a bancos e fornecedores, configurando danos morais, assim como fez necessária a propositura da presente ação, lhe gerando gastos com as despesas processuais. Sendo assim, requer, liminarmente, a suspensão da Execução Fiscal, a expedição de certidão positiva com efeito de negativa e o impedimento da Prefeitura de realizar a inclusão do seu nome nos órgãos de proteção de crédito e, ao final, o reconhecimento da prescrição dos créditos e a condenação da ré em danos morais e danos materiais.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 12/72.

A liminar foi indeferida, fls.50/51.

O Municipal de São Carlos apresentou contestação às fls. 58/69 sustentando, em síntese, como preliminar, a falta de interesse de agir da autora, tendo em vista o cancelamento administrativo dos débitos em data anterior à propositura desta ação de anulação. Quanto ao mérito, alega que não houve comprovação por parte da autora de dano efetivo e que apenas a propositura das execuções fiscais não configura dano moral. Requer a improcedência dos pedidos. Juntou documentos às fls. 70/80.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Houve réplica, fls. 83/93.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O processo comporta imediato julgamento, a teor do disposto no inciso I do art. 355, do Código de Processo Civil, tratando-se de matéria de direito a ser apreciada, sendo satisfatória a prova documental já existente nos autos para apreciação das questões fáticas.

O Município informou que houve o cancelamento administrativo dos débitos (fls. 70/79), o que não foi questionado pela parte autora.

Assim, não há mais interesse processual no prosseguimento do feito, não se justificando um aprofundamento sobre o mérito, que não traria qualquer resultado prático.

Resta a análise do dano moral. A responsabilidade civil dos entes públicos por danos causados por seus agentes ao cidadão é objetiva, independe da comprovação de dolo ou culpa, como previsto no artigo 37, §6º da Constituição Federal.

Contudo, indispensável a comprovação do fato administrativo, o dano e o nexo causal entre eles. No caso concreto, o fato administrativo seria a propositura da Execução Fiscal referentes a créditos tributários prescritos, todavia, a matéria de direito não era pacífica, pois havia uma dação em pagamento que poderia, tem tese, ter sido considerada como causa de interrupção da prescrição, o que descaracteriza o fato administrativo. E, quanto ao dano, não há comprovação de efetivo prejuízo à parte autora, apenas alegações sem provas contundentes. Por isso, não há configuração de dano moral.

A autora requer, também, o reembolso das custas processuais como forma de reparação de dano material, equivocadamente, tendo em vista que o pagamento das custas processuais é incumbência daquele que propõe a ação e o reembolso será devido apenas se sair vitorioso na demanda, o que não é vislumbrado no caso, sendo assim, não cabem os danos materiais requeridos.

Ante o exposto, determino a extinção do processo, sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 485, VI do CPC, referente ao pedido de prescrição dos créditos de IPTU e julgo IMPROCEDENTE o pedido de indenização por danos morais, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Sem verbas sucumbenciais (art. 27 da Lei nº 12.153/09 c/c art. 55 da Lei nº 9.099/95).

P.I.

São Carlos, 26 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**